

CURRÍCULO EM TRANSFORMAÇÃO: DIVERSIDADE, ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIAS DIGITAIS NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

*CURRICULUM IN TRANSFORMATION: DIVERSITY, ACCESSIBILITY AND DIGITAL TECHNOLOGIES
IN THE CONSTRUCTION OF INCLUSIVE PRACTICES*

Daiane de Lourdes Alves Velho

Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Joeusa Barbosa Cavalcante de Barba

Mestre em Ciências da Educação com Especialização em Tecnologias na Educação Digital pela
University American Global Tech University

Idalina Miranda Silva

Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Dulcinéia Aparecida Diniz Leão

Mestre em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Marcos Aurélio Chagas Cardoso

Doutor em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Ronaldo Manoel das Mercês

Mestrando em Educação pelo Programa em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei
(PPED/UFSJ), na linha de pesquisa Cultura, Educação e Ciências

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/d1kxy14>

Aceito em: 28.08.2026

Resumo: Este artigo analisa relações entre currículo, diversidade, acessibilidade e tecnologias digitais, considerando os desafios envolvidos na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Parte-se da compreensão de que o currículo não se restringe à organização de conteúdos, pois expressa escolhas sobre conhecimentos, sujeitos, linguagens e formas de participação. O objetivo é discutir como a valorização da diversidade cultural, a audiodescrição didática e o uso pedagógico do podcast podem contribuir para ampliar o acesso, a participação e a autoria dos estudantes no processo educativo. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, de caráter descritivo-interpretativo, desenvolvida a partir de três produções acadêmicas selecionadas como corpus: um estudo sobre audiodescrição didática e currículo escolar, um capítulo sobre currículo e decolonialidade e um artigo sobre o podcast como recurso educacional. A leitura comparativa foi organizada em quatro eixos: currículo, poder e diversidade; acessibilidade e mediação pedagógica; tecnologias digitais e autoria; e formação docente. A análise evidencia que recursos acessíveis e digitais podem favorecer diferentes formas de participação, desde que vinculados ao planejamento, aos objetivos de aprendizagem e às condições



concretas da escola. Também aponta que mudanças curriculares consistentes dependem de formação docente, apoio institucional e revisão de práticas que produzem invisibilização ou barreiras de acesso ao conhecimento. Conclui-se que a transformação curricular exige articulação entre reconhecimento da diversidade, acessibilidade, intencionalidade pedagógica e uso crítico das tecnologias.

Palavras-chave: Currículo escolar. Educação inclusiva. Acessibilidade. Diversidade. Tecnologias digitais.

Abstract: This article analyzes the relationships among curriculum, diversity, accessibility, and digital technologies, considering the challenges involved in building inclusive pedagogical practices. It is based on the understanding that curriculum is not limited to the organization of content, since it expresses choices concerning knowledge, subjects, languages, and forms of participation. The objective is to discuss how the appreciation of cultural diversity, didactic audio description, and the pedagogical use of podcasts can contribute to expanding students' access, participation, and authorship in the educational process. This is a qualitative, bibliographic, and documentary study with a descriptive-interpretive approach, developed from three academic works selected as its corpus: a study on didactic audio description and school curriculum, a chapter on curriculum and decoloniality, and an article on podcasts as an educational resource. The comparative reading was organized around four analytical axes: curriculum, power, and diversity; accessibility and pedagogical mediation; digital technologies and authorship; and teacher education. The analysis shows that accessible and digital resources can foster different forms of participation when they are connected to planning, learning objectives, and the concrete conditions of schools. It also indicates that consistent curricular change depends on teacher education, institutional support, and the revision of practices that create invisibility or barriers to knowledge. The study concludes that curricular transformation requires an articulation among recognition of diversity, accessibility, pedagogical intentionality, and critical use of technologies.

Keywords: School curriculum. Inclusive education. Accessibility. Diversity. Digital technologies.

1 Introdução

O debate sobre currículo escolar ganha novos contornos quando se observa que ensinar não significa apenas organizar conteúdos em uma sequência previamente estabelecida. As escolhas curriculares definem conhecimentos, linguagens, experiências e sujeitos que encontram espaço na escola. Por isso, discutir currículo implica considerar relações de poder, condições de acesso, diversidade cultural e possibilidades concretas de participação. Nos documentos analisados, essas questões aparecem por caminhos diferentes: a crítica à colonialidade, a defesa da audiodescrição como recurso de acessibilidade e a incorporação planejada do podcast às práticas pedagógicas.

A compreensão do currículo como território de disputas permite perceber que sua organização nunca é inteiramente neutra. Arroyo (2013) chama atenção para os processos de legitimação que selecionam determinados conhecimentos e deixam outros

em posições periféricas. Na mesma direção, Quijano (2005) contribui para compreender a permanência de hierarquias epistemológicas associadas à colonialidade. Quando essas discussões chegam à escola, tornam visível uma questão essencial: a democratização do ensino exige revisar não somente aquilo que é ensinado, mas também quem é reconhecido, quais referências são valorizadas e por quais meios os estudantes conseguem acessar o conhecimento.

Essa problematização se amplia quando o foco recai sobre estudantes que encontram barreiras comunicacionais, sensoriais, culturais ou tecnológicas. A audiodescrição, discutida por Motta (2016), Mianes (2023) e Vergara-Nunes (2016), evidencia que imagens, vídeos e outros materiais visuais podem excluir quando não são acompanhados de formas acessíveis de mediação. De modo semelhante, os estudos sobre podcast mostram que a diversificação das linguagens pode favorecer oralidade, autoria, escuta e participação, desde que o recurso esteja articulado aos objetivos de aprendizagem e não seja utilizado como novidade isolada.

As três frentes de discussão convergem em um ponto: transformar o currículo requer decisões pedagógicas conscientes. A presença de uma lei, de uma tecnologia ou de um recurso de acessibilidade, por si só, não modifica a experiência escolar. A efetivação de mudanças depende de planejamento, formação docente, apoio institucional e leitura atenta das necessidades dos estudantes. Essa constatação impede que inclusão e inovação sejam tratadas como adições periféricas ao currículo e as situa no centro da organização do ensino.

Com base nessa perspectiva, o problema que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: como a articulação entre diversidade cultural, acessibilidade e tecnologias educacionais pode contribuir para a construção de um currículo mais inclusivo, participativo e coerente com as diferentes formas de aprender? O objetivo geral consiste em analisar, a partir dos documentos selecionados, os elementos que aproximam currículo, reconhecimento da diversidade, mediação acessível e inovação pedagógica. Como objetivos específicos, busca-se discutir o currículo como espaço de poder e identidade; examinar a acessibilidade como condição de participação; analisar potencialidades e limites do podcast e da audiodescrição; e refletir sobre a formação docente necessária para sustentar essas transformações.

A relevância da discussão está em aproximar debates que, muitas vezes, aparecem separados. A decolonização curricular questiona silenciamentos culturais; a audiodescrição enfrenta barreiras de acesso ao conteúdo visual; e o podcast amplia possibilidades de produção e circulação da linguagem sonora. Embora possuam finalidades específicas, essas abordagens ajudam a compreender que um currículo democrático precisa acolher pluralidade de saberes, diferentes modos de expressão e distintas condições de acesso ao conhecimento.

2 Referencial teórico

2.1 Currículo, poder, identidade e diversidade

O currículo participa da construção de sentidos sobre o mundo e sobre os próprios sujeitos. Hall (2006) compreende as identidades como produzidas no interior de práticas culturais e discursivas, aspecto que ajuda a explicar por que a seleção de narrativas escolares possui efeitos que ultrapassam a aprendizagem de conteúdos. Quando grupos sociais aparecem de forma limitada, estereotipada ou simplesmente não aparecem, a experiência curricular interfere no reconhecimento e no pertencimento. Nesse sentido, currículo e identidade mantêm relação estreita.

A crítica decolonial acrescenta a esse debate a necessidade de examinar quais matrizes de conhecimento foram historicamente apresentadas como universais. Quijano (2005) mostra que a colonialidade permanece nas formas de produção e legitimação do saber, mesmo após o encerramento formal do colonialismo. No campo educacional, essa permanência pode ser percebida quando referenciais eurocêntricos ocupam posição central e conhecimentos afro-brasileiros, indígenas e populares são tratados como complementares ou ocasionais.

A Lei nº 10.639/03 representa, nesse contexto, uma intervenção importante na organização curricular brasileira ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Entretanto, a simples inclusão formal de conteúdos não encerra o problema. Gomes (2012) relaciona a educação das relações étnico-raciais à valorização das contribuições afro-brasileiras e ao enfrentamento de estereótipos. Assim, o cumprimento da legislação exige continuidade, transversalidade e revisão das práticas que mantêm hierarquias culturais.

Walsh (2013) propõe a interculturalidade crítica como perspectiva que não se satisfaz com a coexistência superficial das diferenças. Sua contribuição está em questionar relações de poder que hierarquizam culturas e conhecimentos. Candau (2008), ao discutir diferenças culturais e educação, também ressalta a necessidade de reconhecer a diversidade sem ignorar as desigualdades que a atravessam. Para o currículo escolar, isso significa criar condições para o diálogo entre experiências e saberes, sem transformar a diferença em elemento decorativo.

Freire (2019) reforça a dimensão política da educação ao compreender a prática pedagógica como vinculada a escolhas e projetos de sociedade. Essa leitura desloca o professor da posição de mero executor de programas. Planejar, selecionar materiais, organizar situações de aprendizagem e avaliar são ações atravessadas por concepções de conhecimento e de sujeito. A transformação curricular, portanto, envolve responsabilidade pedagógica e abertura para revisar práticas naturalizadas.

Munanga (2004) contribui para pensar a valorização da identidade negra e os efeitos de processos históricos de negação e hierarquização. No cotidiano escolar, essa discussão exige materiais, narrativas e experiências que permitam aos estudantes reconhecer a pluralidade constitutiva da sociedade. A diversidade não deve aparecer somente em momentos específicos do calendário, pois sua presença contínua altera a própria lógica de organização curricular.

Um currículo comprometido com a diversidade precisa, assim, superar duas reduções frequentes: a primeira é imaginar que basta acrescentar novos temas sem rever as relações entre os conhecimentos; a segunda é supor que reconhecimento cultural dispensa o enfrentamento das desigualdades. A perspectiva intercultural e decolonial sugere exatamente o contrário: ampliar vozes e referências implica transformar critérios de legitimidade e modos de participação na escola.

2.2 Acessibilidade, audiodescrição e mediação pedagógica

A acessibilidade curricular envolve garantir que os estudantes possam participar das experiências de aprendizagem e compreender os conteúdos trabalhados. A Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, reforça a garantia de direitos em condições de igualdade. No âmbito pedagógico, esse princípio demanda atenção às barreiras que podem surgir nos materiais, nas linguagens e nas formas de comunicação utilizadas em sala de aula.

A audiodescrição se insere nesse debate como recurso que transforma informações visuais em linguagem verbal. Motta e Romeu (2010) apresentam a audiodescrição como possibilidade de converter imagens em palavras, enquanto Motta (2016) aprofunda seu uso no ambiente escolar. O recurso permite que elementos presentes em fotografias, ilustrações, cenas, expressões e outros suportes visuais sejam comunicados a quem não os acessa pela visão, favorecendo a construção de imagens mentais e a compreensão do contexto.

Quando integrada ao ensino, a audiodescrição deixa de ser apenas procedimento técnico e assume dimensão didática. Vergara-Nunes (2016) discute especificamente a audiodescrição didática, destacando sua relação com situações educativas. Mianes (2023), ao tratar dos processos de ensino e aprendizagem na educação básica, reforça a importância de pensar o recurso em conexão com os objetivos pedagógicos. Isso significa que descrever não é simplesmente enumerar detalhes, mas selecionar informações relevantes para a aprendizagem e organizá-las de maneira compreensível.

A discussão sobre currículo inclusivo apresentada por Minetto (2008) ajuda a situar a acessibilidade como parte do planejamento e não como resposta improvisada depois que uma barreira já se estabeleceu. Sob essa ótica, o professor precisa antecipar diferentes formas de acesso ao conteúdo, observar a composição da turma e diversificar as

mediações. A audiodescrição pode integrar essa organização quando materiais visuais são essenciais à compreensão do objeto de conhecimento.

Alves (2012) relaciona a audiodescrição ao contexto escolar e à revelação da imagem pela palavra. Essa formulação evidencia que a linguagem verbal pode criar uma ponte entre o conteúdo visual e o estudante, mas também chama atenção para a qualidade da mediação. Uma descrição excessiva, descontextualizada ou desconectada da atividade pode perder sua função didática. Por isso, a escolha do que descrever deve considerar a finalidade da aula e o nível de informação necessário.

A utilização pedagógica da audiodescrição também demanda formação. Imbernón (2011) defende uma formação docente voltada à mudança e à incerteza, perspectiva pertinente quando novas demandas de acessibilidade chegam à escola. Não se trata apenas de apresentar conceitos aos professores, mas de criar oportunidades para que analisem materiais, experimentem formas de descrição e reflitam sobre como integrar o recurso ao planejamento.

A audiodescrição também pode produzir efeitos para além do público com deficiência visual. Ao tornar explícitos elementos visuais que frequentemente são tratados como autoevidentes, ela pode favorecer atenção, vocabulário, organização de informações e leitura crítica de imagens. Essa ampliação, entretanto, não deve apagar sua função de acessibilidade nem transformar o recurso em solução genérica. Seu uso precisa permanecer relacionado às barreiras concretas e aos objetivos pedagógicos.

Pensar acessibilidade dessa forma altera a concepção de currículo. Em vez de um percurso único ao qual todos devem se adaptar, o ensino passa a considerar diferentes caminhos de aproximação com o conhecimento. A inclusão deixa de ser uma ação paralela e passa a orientar escolhas de materiais, tempos, linguagens e estratégias.

2.3 Tecnologias digitais, podcast e autoria discente

A integração das tecnologias digitais ao currículo exige mais do que disponibilizar equipamentos. Scherer e Brito (2020) discutem desafios dessa integração e ajudam a compreender que a tecnologia só ganha sentido educativo quando articulada ao currículo. Essa premissa aparece de maneira clara nos estudos sobre podcast: a facilidade de gravação e circulação do áudio não garante, por si, aprendizagem ou inovação.

O podcast apresenta características que favorecem seu uso educacional: mobilidade, baixo custo, possibilidade de repetição da escuta e relativa simplicidade de produção. Rossi e Karwoski (2025) associam o recurso à diversificação das práticas na educação básica. Cardoso e Esteves (2025) destacam potencialidades para oralidade, escuta ativa e produção de sentidos no ensino de Língua Portuguesa. Tais possibilidades aproximam o currículo de linguagens presentes na vida social dos estudantes.

Quando o estudante participa da criação de episódios, o trabalho pedagógico pode envolver pesquisa, seleção de informações, elaboração de roteiro, organização da fala e consideração do público. Farias e Meneses (2022), no ensino de História, relacionam podcast e metodologias ativas, enquanto Rocha et al. (2025) evidenciam protagonismo, trabalho coletivo e tomada de decisões. O conteúdo, nesse processo, precisa ser reelaborado para ser comunicado, o que desloca o aluno da posição exclusiva de receptor.

O recurso também favorece propostas interdisciplinares. Menezes e Junior (2024) registram experiências de criação de podcasts por estudantes do ensino médio, articulando tecnologia e inovação. A linguagem sonora comporta entrevistas, relatos, explicações, debates e sínteses, permitindo que diferentes componentes curriculares se encontrem em torno de um problema ou tema comum.

No campo da inclusão, Sousa et al. (2022) aproximam o podcast do Desenho Universal para a Aprendizagem e indicam que o áudio pode ampliar modos de acesso ao conhecimento quando combinado a outras linguagens. Almeida e Lopes (2025), por sua vez, mostram a possibilidade de dar voz à comunidade escolar. Essas contribuições reforçam que diversificar formas de expressão pode criar novas oportunidades de participação, sem substituir leitura, escrita ou outras mediações necessárias.

Os limites do podcast também precisam ser considerados. Silva e Ribeiro (2025) apontam dificuldades ligadas à formação docente; Nunes et al. (2025) destacam a necessidade de orientações metodológicas mais claras. Além disso, desigualdade digital, infraestrutura, armazenamento, acesso à internet e tempo de planejamento interferem na viabilidade das propostas. O fato de o áudio consumir menos recursos que o vídeo não elimina as diferenças de acesso.

Cândido et al. (2025) defendem experiências práticas de formação docente com podcast. Essa perspectiva é importante porque o professor precisa compreender roteiro, gravação, edição, curadoria e avaliação, mas sobretudo saber relacionar essas ações ao currículo. A competência técnica sem intencionalidade pedagógica pode resultar em atividades atraentes, porém pouco conectadas à aprendizagem.

Moura e Pereira (2025) demonstram que o podcast pode ser utilizado em diferentes momentos da sequência didática: antes da aula, durante discussões ou como síntese posterior. Essa flexibilidade amplia as possibilidades de organização do tempo pedagógico. Ainda assim, a decisão sobre quando e como utilizar o recurso deve nascer dos objetivos de aprendizagem, e não da obrigação de empregar uma tecnologia.

Portanto, inovação curricular não se confunde com novidade tecnológica. Uma prática inovadora reorganiza relações com o conhecimento, amplia participação e oferece formas significativas de expressão. O podcast pode colaborar com esse movimento quando se torna parte coerente do planejamento e quando sua utilização considera as condições concretas da escola.

3 Percurso metodológico

O estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade descritivo-interpretativa. O corpus foi intencionalmente delimitado a três produções acadêmicas fornecidas para esta investigação, escolhidas por abordarem dimensões complementares do debate curricular: audiodescrição didática e acessibilidade; currículo, decolonialidade e diversidade cultural; e podcast, tecnologias digitais e inovação pedagógica.

A delimitação do corpus buscou preservar a coerência entre o problema de pesquisa e as fontes efetivamente examinadas. Por essa razão, não foram incorporados resultados de buscas externas nem obras que não estivessem presentes nos documentos selecionados. Os autores citados ao longo da discussão foram mobilizados na medida em que integram o referencial das próprias produções analisadas, evitando atribuir ao presente estudo uma consulta documental que não ocorreu.

O procedimento analítico foi desenvolvido em três movimentos. Inicialmente, realizou-se leitura integral e exploratória dos documentos, com identificação de objetivos, fundamentos teóricos, escolhas metodológicas e principais conclusões. Em seguida, foram registradas aproximações e diferenças entre os textos, especialmente quanto às concepções de currículo, participação, acessibilidade, diversidade, tecnologia e formação docente. Por fim, os achados foram organizados em quatro eixos interpretativos: currículo, poder e diversidade; acessibilidade e mediação pedagógica; tecnologias digitais e autoria discente; e formação docente e condições institucionais.

A análise não pretende equiparar objetos distintos nem generalizar os resultados dos estudos de origem. A audiodescrição responde a demandas específicas de acessibilidade; a perspectiva decolonial problematiza relações históricas de poder e legitimidade dos saberes; e o podcast é discutido como recurso de linguagem e produção pedagógica. A aproximação entre esses campos ocorre no plano curricular, buscando compreender como diferentes escolhas podem ampliar ou restringir as possibilidades de acesso, reconhecimento e participação dos estudantes.

Como limite metodológico, reconhece-se que o corpus é reduzido e tem caráter temático. Assim, os resultados devem ser compreendidos como uma leitura interpretativa das convergências encontradas nesses três documentos, e não como síntese exaustiva da produção científica sobre currículo, inclusão ou tecnologias educacionais.

4 Análise e discussão dos resultados

A leitura articulada dos três documentos revela que a transformação curricular ocorre quando a escola questiona a ideia de um único modo legítimo de conhecer, participar e demonstrar aprendizagem. A crítica decolonial evidencia exclusões culturais;

a audiodescrição torna perceptíveis barreiras comunicacionais; e o podcast coloca em discussão as formas de produção e circulação do conhecimento. Em comum, essas abordagens exigem que o currículo seja pensado a partir dos sujeitos concretos e das condições em que a aprendizagem acontece.

Um primeiro resultado diz respeito à relação entre currículo e visibilidade. No debate decolonial, a invisibilização ocorre quando saberes afro-brasileiros, indígenas e populares são subordinados a uma matriz eurocêntrica. Na acessibilidade, a invisibilidade assume sentido também material: informações presentes em imagens podem permanecer inacessíveis ao estudante com deficiência visual. No uso do podcast, a questão aparece como possibilidade de ampliar vozes e autoria. São fenômenos distintos, mas todos mostram que participar do currículo envolve poder ser reconhecido, acessar informações e produzir sentidos.

Essa aproximação permite compreender a inclusão de forma mais ampla. Ela não se resume à presença física do estudante na sala nem à oferta de uma adaptação isolada. Um currículo inclusivo precisa examinar as barreiras produzidas pela própria organização escolar. Minetto (2008) situa a flexibilização curricular como desafio da educação inclusiva, enquanto Santomé (2013) aproxima currículo, justiça e inclusão. Nessa perspectiva, a pergunta pedagógica deixa de ser apenas como fazer o estudante acompanhar uma proposta já pronta e passa a incluir como organizar a proposta para que diferentes estudantes possam participar.

O segundo resultado refere-se à importância da mediação. Nenhum dos recursos analisados possui efeito automático. A audiodescrição exige seleção e organização das informações relevantes; o podcast precisa estar ligado a objetivos, atividades e avaliação; a educação intercultural depende de escolhas curriculares que enfrentem hierarquizações. Em todos os casos, o professor aparece como sujeito que interpreta necessidades, toma decisões e constrói pontes entre conhecimentos, linguagens e estudantes.

Essa constatação ajuda a afastar uma visão tecnicista de inovação. Um episódio de podcast pode ser tecnicamente bem produzido e pedagogicamente vazio. Da mesma forma, a presença de audiodescrição em um material não garante que ela esteja adequada à situação didática. A inovação precisa ser avaliada pela qualidade da experiência de aprendizagem que possibilita. O foco, portanto, não deve recair sobre a ferramenta em si, mas sobre as relações pedagógicas que ela ajuda a construir.

O terceiro resultado envolve a formação docente. Nos estudos sobre podcast, a insuficiência de formação aparece associada ao uso eventual e à dificuldade de integrar o recurso ao currículo. Na audiodescrição, a formação também é condição para que o professor compreenda princípios de acessibilidade e desenvolva mediações adequadas. No debate sobre a Lei nº 10.639/03, a formação profissional é apontada como elemento decisivo para superar práticas tradicionais, resistências e representações estereotipadas. A

recorrência desse tema nos três documentos indica que mudanças curriculares dependem de processos formativos contínuos.

Imbernón (2011) ajuda a interpretar essa necessidade ao conceber a formação docente como preparação para a mudança e para situações marcadas por incerteza. Isso é especialmente relevante em contextos nos quais professores precisam articular demandas diversas: trabalhar conteúdos curriculares, reconhecer diferenças culturais, remover barreiras de acesso e utilizar tecnologias de maneira crítica. Formações exclusivamente expositivas tendem a ser insuficientes quando a mudança esperada envolve a reorganização da prática.

A formação continuada, nesse cenário, ganha maior sentido quando se aproxima de problemas reais do trabalho pedagógico. No caso do podcast, oficinas de roteiro, gravação, curadoria e avaliação podem permitir que o docente experimente o recurso e avalie sua pertinência. Na audiodescrição, exercícios de leitura e descrição de imagens podem favorecer a compreensão das escolhas envolvidas. Na educação para as relações étnico-raciais, estudo, análise de materiais e revisão do planejamento podem contribuir para identificar silenciamentos e estereótipos.

O quarto resultado está relacionado às condições institucionais. Os textos indicam que a responsabilidade pela transformação não pode ser atribuída exclusivamente ao professor. Tempo de planejamento, infraestrutura, acesso a recursos, orientações pedagógicas e apoio da gestão interferem diretamente na continuidade das propostas. Quando a inovação depende apenas do esforço individual, tende a permanecer pontual e vulnerável às mudanças de equipe ou às dificuldades cotidianas.

No uso do podcast, essa questão é explícita: mesmo uma tecnologia de baixo custo depende de dispositivos, conectividade e condições mínimas de escuta. Silva et al. (2023) lembram que propostas promissoras precisam considerar a realidade dos estudantes e das escolas. A desigualdade digital não desaparece porque determinado recurso exige menos dados. Assim, a escolha tecnológica precisa ser acompanhada de alternativas que não excluam quem possui menor acesso.

Na audiodescrição, as condições institucionais incluem disponibilidade de materiais acessíveis, planejamento antecipado e reconhecimento da acessibilidade como responsabilidade escolar. Quando o recurso é pensado apenas no momento em que surge uma dificuldade, aumenta a chance de improvisação. Integrá-lo ao currículo significa prever sua utilização na seleção de vídeos, imagens, livros e atividades, de acordo com a finalidade pedagógica.

No campo da diversidade cultural, a institucionalização também é fundamental. A Lei nº 10.639/03 não pode ser reduzida a ações isoladas ou datas comemorativas. Gomes (2012), Candau (2008) e Walsh (2013) permitem sustentar uma abordagem contínua, na qual a pluralidade cultural participa da organização do conhecimento e das relações

escolares. Isso demanda revisão de materiais, planejamento coletivo e compromisso institucional com práticas antirracistas e interculturais.

Outro ponto de convergência é a necessidade de evitar usos episódicos. O podcast perde força quando aparece apenas como atividade extra; a audiodescrição se fragiliza quando é acionada somente de forma emergencial; e a diversidade cultural é esvaziada quando se restringe a eventos pontuais. A integração curricular pressupõe continuidade e relação explícita com objetivos de aprendizagem, competências, conteúdos e formas de avaliação.

A autoria discente aparece como uma possibilidade importante nesse processo. Ao produzir podcasts, estudantes podem pesquisar, organizar argumentos, entrevistar pessoas e comunicar resultados. Essa dinâmica pode ser conectada à diversidade cultural por meio de narrativas, memórias e temas socialmente relevantes, desde que o trabalho preserve rigor e respeito às fontes. Também pode dialogar com acessibilidade quando o áudio é planejado como uma das formas de apresentação do conhecimento, acompanhado de outras linguagens quando necessário.

Entretanto, não se deve confundir diversificação com substituição. O podcast não precisa substituir o texto escrito; a audiodescrição não substitui todas as demais estratégias de acessibilidade; e a inserção de novas referências culturais não implica abandonar os conhecimentos já presentes no currículo. O movimento é de ampliação, revisão crítica e reorganização. A pluralidade curricular se fortalece quando diferentes linguagens e saberes dialogam, em vez de competir por exclusividade.

A avaliação constitui outro aspecto que merece atenção. Se o currículo amplia formas de participação, os critérios avaliativos também precisam ser coerentes com as propostas. Em uma produção de podcast, por exemplo, a qualidade técnica não deve se sobrepor à compreensão do conteúdo, à argumentação, ao planejamento e à colaboração. Em atividades com recursos acessíveis, é necessário avaliar o que o estudante aprendeu, e não a barreira que o recurso buscou remover. Essa coerência evita que a diversificação metodológica seja anulada por práticas avaliativas rígidas.

Os documentos também sugerem que flexibilidade não significa ausência de intencionalidade. Pelo contrário, quanto mais variados os caminhos de aprendizagem, maior a necessidade de objetivos claros. O professor precisa saber por que escolhe determinado recurso, que barreira pretende reduzir, que participação deseja favorecer e quais evidências de aprendizagem serão observadas. Planejamento e flexibilidade, portanto, não são opostos.

A análise permite propor uma compreensão integrada de justiça curricular. No plano cultural, ela envolve reconhecer conhecimentos e identidades historicamente marginalizados. No plano da acessibilidade, implica remover barreiras que impedem o acesso a informações e atividades. No plano tecnológico, requer oferecer oportunidades

de participação sem reproduzir desigualdades digitais. Essas dimensões não são idênticas, mas podem orientar uma mesma ética pedagógica: garantir que a diferença não seja convertida em motivo de exclusão.

Essa ética também modifica o lugar do estudante. Em vez de ser visto como destinatário homogêneo de um currículo pronto, ele passa a ser reconhecido como sujeito que interpreta, produz, comunica e participa. A produção autoral em podcast torna esse aspecto evidente, mas a mesma lógica pode orientar outras práticas. Um currículo inclusivo precisa criar situações em que diferentes estudantes encontrem meios legítimos de se relacionar com o conhecimento e demonstrar o que aprenderam.

A relação entre tecnologia e humanização do ensino merece atenção especial. Os documentos não sustentam a ideia de que recursos digitais substituem a mediação docente. Ao contrário, quanto maior a variedade de ferramentas, mais necessária se torna a capacidade de selecionar, contextualizar e avaliar seu uso. A tecnologia pode ampliar acesso e autoria, mas não resolve desigualdades estruturais nem define sozinha o sentido pedagógico das atividades.

Do mesmo modo, a acessibilidade não deve ser reduzida a uma lista de procedimentos. A audiodescrição ganha valor quando responde a uma situação concreta de comunicação e aprendizagem. Seu planejamento requer conhecimento do conteúdo, atenção ao estudante e compreensão do material visual. A qualidade da mediação depende da relação entre esses elementos, e não apenas da aplicação mecânica de regras.

A decolonização curricular, por sua vez, mostra que transformar o currículo também exige perguntar de onde vêm os conhecimentos e quais experiências foram historicamente silenciadas. Essa pergunta pode atravessar diferentes áreas e dialogar com projetos mediados por tecnologias. Um podcast escolar, por exemplo, pode ser usado para registrar histórias locais e diferentes perspectivas, mas seu caráter crítico dependerá das perguntas formuladas, das fontes selecionadas e das relações estabelecidas durante a produção.

As possibilidades de articulação entre os três eixos devem ser construídas com cautela para não diluir suas especificidades. A acessibilidade possui compromissos próprios com direitos das pessoas com deficiência; a educação antirracista responde a desigualdades históricas e raciais; e a tecnologia educacional envolve questões de linguagem, infraestrutura e cultura digital. Uma abordagem integrada é produtiva quando reconhece essas diferenças e busca pontos de cooperação, não quando trata todas as desigualdades como equivalentes.

Entre esses pontos de cooperação, destaca-se a defesa de um currículo menos rígido e mais atento às condições de participação. Isso implica oferecer múltiplas linguagens, rever representações, planejar recursos acessíveis, favorecer autoria e manter acompanhamento

pedagógico. A transformação não depende de uma única estratégia, mas de um conjunto coerente de decisões que se sustentam mutuamente.

Os resultados também apontam para a necessidade de gradualidade. A integração qualificada de novas práticas pode começar por experiências delimitadas, avaliadas e posteriormente ampliadas. No podcast, episódios curtos e temas já previstos no currículo constituem possibilidades iniciais. Na audiodescrição, a seleção de materiais visuais centrais para determinada sequência pode favorecer aprendizagem docente e institucional. Na revisão decolonial, a análise crítica de unidades, referências e materiais pode abrir caminhos para mudanças mais consistentes.

Gradualidade, contudo, não significa superficialidade. Uma experiência pequena pode ser pedagogicamente robusta se tiver objetivo definido, acompanhamento e avaliação. Essa perspectiva é especialmente útil em escolas com limitações de tempo e infraestrutura, pois permite construir repertório sem transformar a inovação em exigência inviável. O importante é que as experiências produzam aprendizagem institucional e não permaneçam eventos desconectados.

Por fim, a análise dos documentos mostra que currículo, inclusão e inovação se encontram no planejamento. É nele que os princípios se convertem em decisões sobre conteúdos, materiais, linguagens, agrupamentos, tempos e avaliação. Um currículo transformador não se reconhece pela quantidade de recursos diferentes que utiliza, mas pela capacidade de ampliar participação, enfrentar desigualdades e produzir experiências de aprendizagem intelectualmente significativas.

5 Considerações finais

A análise desenvolvida permitiu compreender que a transformação do currículo escolar exige uma visão que articule conhecimento, diversidade, acessibilidade e mediação pedagógica. Os três documentos estudados, embora partam de objetos distintos, convergem ao mostrar que mudanças consistentes não acontecem pela simples inserção de novos conteúdos, recursos ou tecnologias. O currículo se transforma quando a escola revê critérios de seleção, formas de participação e condições de acesso à aprendizagem.

A perspectiva decolonial evidencia que os conhecimentos escolares são atravessados por relações históricas de poder e que a valorização da diversidade requer enfrentar silenciamentos e hierarquizações. A audiodescrição demonstra que o direito ao currículo depende também de acessibilidade comunicacional e de planejamento que antecipe barreiras. O podcast, por sua vez, mostra que tecnologias simples podem ampliar oralidade, autoria e flexibilidade, mas somente quando integradas com intencionalidade aos objetivos pedagógicos.

A formação docente aparece como elemento transversal. Professores precisam de oportunidades para estudar, experimentar, planejar coletivamente e avaliar suas práticas. A formação continuada torna-se mais significativa quando se relaciona aos problemas concretos da escola e oferece condições para que o docente desenvolva autonomia nas decisões pedagógicas. Isso vale tanto para o enfrentamento de desigualdades culturais quanto para o uso de recursos de acessibilidade e tecnologias digitais.

Também se conclui que a responsabilidade pela mudança é institucional. Recursos, tempo, infraestrutura, orientação e apoio da gestão interferem na continuidade das práticas. Sem essas condições, propostas relevantes podem depender exclusivamente da iniciativa individual e perder consistência. A construção de um currículo inclusivo demanda, portanto, compromisso coletivo e incorporação das ações ao planejamento da escola.

Os achados reforçam que diversidade, acessibilidade e inovação não devem ocupar lugares periféricos. Quando aparecem apenas em projetos ocasionais, sua capacidade de modificar a experiência escolar é reduzida. Sua integração exige continuidade, coerência com os objetivos de aprendizagem e avaliação dos efeitos produzidos sobre a participação dos estudantes.

Como limite, este estudo trabalha com um corpus restrito a três produções acadêmicas, selecionadas por sua pertinência aos eixos discutidos. Essa delimitação não permite generalizar os resultados para o conjunto da literatura educacional, mas possibilita identificar convergências relevantes entre debates sobre diversidade, acessibilidade e tecnologias no currículo. Pesquisas posteriores podem ampliar o corpus, incorporar estudos empíricos e examinar como essas articulações se materializam em diferentes etapas e contextos da educação básica.

Conclui-se que um currículo contemporâneo e inclusivo não é aquele que simplesmente acumula temas e ferramentas, mas aquele que cria condições para que diferentes sujeitos sejam reconhecidos, tenham acesso ao conhecimento e participem de sua produção. A transformação curricular se realiza na relação entre princípios e prática: na escolha de referências plurais, na remoção de barreiras, no uso crítico das tecnologias e na mediação docente comprometida com a aprendizagem de todos.

Referências

ALMEIDA, Grasielli Aparecida; LOPES, Guilherme Augusto Hilário. Gonzaguinha Pod: um podcast que dá voz à inclusão, com participação da comunidade escolar. Revista de Direitos Humanos do LACEDH-UNIFEBE, v. 3, n. 2, 2025.

ALVES, J. A audiodescrição no contexto escolar: a imagem sendo revelada pela palavra. In: VARELA, M. et al. Educação inclusiva e formação continuada de professores:

diálogos entre teoria e prática. Natal: EDUFRN, 2012.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais e educação: construindo caminhos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CÂNDIDO, Fabiane Batista et al. Transformando a formação docente: o podcast como ferramenta na educação contemporânea. *Ideação*, v. 27, n. 1, p. 206-224, 2025.

CARDOSO, Carolina Ribeiro; ESTEVES, Ester Figueiredo. O podcast na educação básica: potencialidades para o ensino de Língua Portuguesa. *Sobre Tudo*, v. 16, n. 2, p. 67-82, 2025.

FARIAS, João Paulo; MENESES, Sônia. Metodologias ativas, ensino de história e o uso da mídia podcast: mobilizando saberes para além do espaço escolar. *Revista História Hoje*, v. 11, n. 23, p. 152-179, 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação para as relações étnico-raciais. Brasília, DF: MEC, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEZES, Douglas Carvalho; JUNIOR, Arlindo José. Tecnologia e inovação: a criação de podcasts por estudantes do segundo ano do ensino médio. *ReTEM – Revista Tocantinense de Educação Matemática*, v. 2, p. e24006-e24006, 2024.

MIANES, F. A audiodescrição nos processos de ensino e aprendizagem na educação básica. *Revista Linguagem em Foco*, v. 15, n. 2, p. 30-46, 2023.

MINETTO, M. Currículo na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio. 2. ed. rev. atual. ampl. Curitiba: IBPEX, 2008.

MOTTA, L.; ROMEU, P. (org.). Audiodescrição transformando imagens em palavras.

São Paulo: Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MOTTA, L. Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para leitura de mundo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

MOURA, Adailton Nunes de; PEREIRA, Walmir Fernandes. Mídia digital e metodologias ativas: o podcast como ferramenta pedagógica para a ampliação da dinâmica da sala de aula invertida. In: Inovação e práticas pedagógicas na educação profissional e tecnológica. Editora Científica Digital, 2025. p. 94-104.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

NUNES, Joseliana Maria Rodrigues et al. Podcast na educação: podcast emerge como uma tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Revista Tópicos, v. 3, n. 26, p. 1-13, 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ROCHA, Maria Petrília et al. O podcast como metodologia ativa no ensino médio: experiência na EEMTI Professora Carmosina Ferreira Gomes. Revista Contemporânea, v. 5, n. 7, p. e8629-e8629, 2025.

ROSSI, Mariana Silva; KARWOSKI, Acir Mario. O uso do podcast na educação básica: análise de tendências e práticas recentes. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 5, p. e8306-e8306, 2025.

SANTOMÉ, J. Currículo, Justiça e Inclusão. In: SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHERER, Suely; BRITO, G. Integração de tecnologias digitais ao currículo: diálogos sobre desafios e dificuldades. Educar em Revista, v. 36, e76252, 2020.

SILVA, Ana Paula; RIBEIRO, Cristina Oliveira. Podcast na educação: potencialidades e desafios. Revista Educação Contemporânea, v. 2, n. 3, p. 2115-2122, 2025.

SILVA, Natanael Charles et al. Utilização do podcast no ensino de Biologia: uma possibilidade metodológica. Revista Ensinar, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2023.

SOUSA, Naiandra Nery et al. Desenho universal para a aprendizagem (DUA): uso de podcast como ferramenta didática no ensino de ciências em uma escola da rede pública no nordeste do Brasil. Experiências em Ensino de Ciências, v. 17, n. 3, p. 229-252, 2022.

VERGARA-NUNES, E. Audiodescrição didática. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

WALSH, Catherine (org.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013.

BOAVENTURA, Fernanda Silverio Ribeiro; CARNEIRO, Daerre Vinicius Vaz; LIMA, Elindamar Borges de; SILVA, Suzana Sales de Oliveira. Potencialidades e desafios do podcast como recurso educacional inovador no currículo escolar. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 12, n. 7, 2026.

COSTA, Denise Ferreira; AZEVEDO, Fernanda Monteles de Oliveira; ROSA, Kaciana Nascimento da Silveira; FARIA, Maria Soraia Nascimento Corrêa de. Integração da audiodescrição didática ao currículo escolar. 2024.

NOCCHI, Flávia Roberta; SANTOS, Wanderson de Freitas dos. Currículo escolar e decolonialidade: a implementação da Lei nº 10.639/03. In: Panorama Educacional: Estudos, Teorias e Práticas. 2026.